

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS CAMPUS V

DITADURA E HOMOSSEXUALIDADE: NAS CARTAS AO EDITOR DO JORNAL
LAMPIÃO DA ESQUINA (1978 -1981)

SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA
2024

JEAN GONCALVES MARQUES

DITADURA E HOMOSSEXUALIDADE: NAS CARTAS AO EDITOR DO JORNAL
LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981)

Trabalho de Conclusão de Curso III,
como avaliação parcial no curso de
História do Departamento de Ciências
Humanas – Campus V, da Universidade
do Estado da Bahia (UNEB).

Professora Orientadora: Cristina
Monteiro de Andrada Luna

SANTO ANTONIO DE JESUS- BA
2024

JEAN GONÇALVES MARQUES

DITADURA E HOMOSSEXUALIDADE: NAS CARTAS AO EDITOR DO JORNAL
LAMPIÃO DA ESQUINA (1978 -1981)

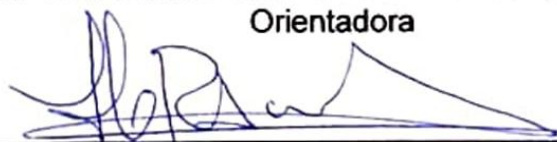
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em História da Universidade do
Estado da Bahia (UNEB), como requisito para
obtenção do título de Licenciatura.

Santo Antônio de Jesus – Ba, 12/03/2025

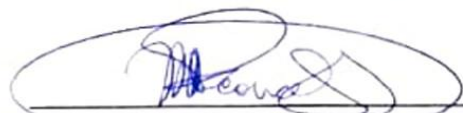
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Cristina Monteiro de Andrada Luna – UNEB
Orientadora



Prof.^a Dr. Hamilton Rodrigues dos Santos – UNEB
Avaliador



Prof.^a Dra Vania Nara Pereira Vasconcelos – UNEB
Avaliadora

RESUMO

Este trabalho analisa a importância histórica do *Lampião da Esquina* como um veículo de resistência e visibilidade para a comunidade LGBT+ durante a Ditadura Militar no Brasil (1978-1981). A pesquisa aborda como o jornal desafiou as normas heteronormativas e funcionou como uma plataforma para a expressão das identidades sexuais dissidentes, especialmente por meio da seção “Cartas na Mesa”. Utilizando uma metodologia qualitativa, o estudo examina o conteúdo do jornal e as cartas dos leitores, evidenciando sua contribuição para a construção de uma identidade coletiva LGBT+ e para a promoção dos direitos civis da comunidade. A análise também destaca os desafios enfrentados, como a censura estatal e a violência institucionalizada, além de explorar a opressão vivida por travestis e homossexuais. O trabalho conclui que o *Lampião da Esquina* foi essencial na luta por visibilidade e direitos, deixando um legado importante na história da resistência LGBT+ no Brasil.

Palavra-Chave: Lampião da Esquina; Resistência LGBT+; Ditadura Militar

ABSTRACT

This paper analyzes the historical importance of *Lampião da Esquina* as a vehicle of resistance and visibility for the LGBT+ community during the Brazilian Military Dictatorship (1978-1981). The research discusses how the newspaper challenged heteronormative standards and served as a platform for expressing dissident sexual identities, especially through the "Letters to the Editor" section. Using a qualitative methodology, the study examines the newspaper's content and readers' letters, highlighting its contribution to the construction of a collective LGBT+ identity and the promotion of civil rights for the community. The analysis also emphasizes the challenges faced, such as state censorship and institutionalized violence, as well as exploring the oppression experienced by transvestites and homosexuals. The paper concludes that *Lampião da Esquina* was essential in the fight for visibility and rights, leaving an important legacy in the history of LGBT+ resistance in Brazil.

Key Words: Lampião da Esquina; LGBT+ Resistance; Military Dictatorship

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2. RESISTÊNCIA E EXPRESSÃO LGBT DURANTE A DITADURA MILITAR E O PAPEL DO JORNAL <i>LAMPIÃO DA ESQUINA</i>	11
2.1. Cartas, identidades e resistências: a luta da comunidade LGBT+ no Brasil durante a ditadura militar	13
2.2 Travestis e homossexuais na ditadura violência, repressão, resistência e as lutas por direitos sociais	20
3. CONCLUSÃO	27
4. REFERÊNCIA	29

INTRODUÇÃO

Lampião surgiu para mostrar a todos os grupos oprimidos e em especial, aos homossexuais assumidos com descontração, enrustidos, pintosos ou travestis que, no fundo, os machistas são tigres de papel, desde que nós não concordemos em reconhecer-lhes os direitos que eles mesmos se atribuem Paz e amor, lantejoulas, plumas e purpurina aos que gostem delas”! (LAMPÍAO, ed. 04, ago/set, 1978.)

Este estudo utiliza como fonte de pesquisa histórica o *Jornal Lampião da Esquina*, publicado mensalmente entre 1978 e 1981, sendo o primeiro periódico de circulação nacional feito “por” e “para” homossexuais. O objetivo é analisar as formas de expressão política e de homossexualidade presentes nas cartas dos leitores, publicadas na seção “Cartas na Mesa”, durante a ditadura militar. Sendo assim, a pesquisa dialoga com estudos sobre o regime militar e seus processos repressivos, principalmente entre 1978 e 1981, quando começaram a surgir formas de resistência, incluindo debates sobre sexualidade e modos de vida alternativos. Segundo Sobral (2019), “apesar dos esforços repressivos da ditadura militar para controlar a crescente resistência, surgiram formas de enfrentamento por meio de manifestações sociais”. Seguindo a linha de raciocínio de Sobral (2019) observa-se que os movimentos sociais abriram espaço para debater diferentes modos de vida, sexualidade e percepções de mundo, promovendo a aceitação da diversidade.

Mas antes de adentrarmos no período destacado, vale lembrar que a ditadura militar no Brasil teve início com o golpe de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart sob a justificativa de que sua deposição decorria de uma necessidade de combater a ameaça comunista e restaurar a ordem, recebendo apoio de setores conservadores da sociedade, como a elite empresarial e parte da mídia, além do apoio tácito dos Estados Unidos, preocupados com a pretensa expansão do comunismo na América Latina. Após o golpe, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) assumiu a presidência, dando início a uma ditadura militar que contou com outros quatro presidentes militares: Arthur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985). Durante os anos de ditadura, existiram vários atos institucionais e complementares, além de leis que estabeleceram a repressão. Entre eles, o mais draconiano foi o AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968 durante o governo de Costa e Silva, que segundo Green (2022) “determinou a criação de um tribunal de exceção encarregado de, por meio de julgamento sumário, propor o confisco de bens de supostos corruptos funcionários que

teriam enriquecido ilicitamente no exercício de suas funções.” O AI-5 foi também um marco desse período, suspendendo direitos civis e políticos e instaurando uma repressão severa contra os opositores do regime, que, nas concepções de Green (2022, p.14), tinha um caráter saneador, pois tinha por incumbência prender, interrogar, torturar e até mesmo matar os inimigos do regime através de um aparato que se baseava no emprego sistemático da tortura “eliminando ou corrigindo os “obstáculos” que se contrapunha a tal objetivo” *id.* (2022, p.14).

Rosito e Damo (2014) refletem que:

Em 21 anos de duração (1964-1985), alternaram-se cinco presidentes militares e uma série de atos institucionais que modificaram o ordenamento jurídico para viabilizar o projeto ditatorial, ancorado em um crescente e organizado aparato repressivo, que recorreu à tortura e à execução de pessoas como políticas de Estado. (ROSITO *et al.* 2014, P.186)

Observa-se que durante o regime, foram utilizados diversos métodos de repressão, como censura, tortura e desaparecimentos forçados. Segundo Green (et al, 2022) “os golpistas utilizaram um discurso democrático para implementar um regime autoritário que revogou direitos civis e restringiu liberdade públicas”. No entanto, Segundo Codato (2005), o período de 1978 a 1981 enquadra-se sob o nome de “abertura política¹”, graças à normalização da atividade parlamentar e à manutenção do calendário eleitoral, após a revogação parcial das medidas de exceção, como o AI-5 no final de 1978, a promulgação da Lei de Anistia em agosto de 1979 e a reforma partidária no fim do mesmo ano. Nesse contexto, sob a presidência de Ernesto Geisel, iniciou-se a “distensão”, um processo gradual de transição para um governo civil. Surgiram movimentos como o de anistia e as “Diretas Já”, que mobilizaram milhares de brasileiros na década de 1970 e no início dos anos 1980. Apesar da emenda das Diretas Já não ter sido aprovada em 1984, o movimento pressionou pela transição democrática. Em 1985, o regime militar chegou ao fim com a eleição indireta de Tancredo Neves, que faleceu antes de assumir, levando seu vice, José Sarney, a se tornar o primeiro presidente civil após a ditadura.

Sendo assim, foi no contexto da abertura que o *Lampião da Esquina* foi lançado, praticando um jornalismo político que desafiava as normas ditatoriais (SOTANA, 2015), incluindo as que sustentavam a heteronormatividade machista e patriarcal da época.

O legado da ditadura militar no Brasil é controverso. Por um lado, houve avanços na infraestrutura e industrialização, mas, por outro, o período foi marcado por graves

¹ Codato (2005, p. 10) afirma que "a transição política no Brasil foi um processo conturbado, caracterizado por negociações secretas e uma tentativa de modernizar a política sem romper completamente com o passado autoritário".

violações de direitos humanos, censura, repressão política e aumento da desigualdade social, fatores que continuam sendo tema de intensos debates na sociedade brasileira, influenciando as políticas contemporâneas e a memória coletiva do país.

A relação dos veículos de comunicação com o regime era ainda controversa, marcada tanto pela crítica quanto pelo consenso e por interesses empresariais, especialmente no âmbito da “grande imprensa”, mais voltada para aspectos empresariais e corporativos do que a “imprensa alternativa”, que gozava de maior liberdade. No entanto, de acordo com Anne-Marie Smith (2000, p. 11), ambas estavam sujeitas à repressão política, através de censura, que se dava de duas formas: a censura prévia e a autocensura. A censura prévia era exercida contra publicações específicas, sendo o conteúdo examinado pela Polícia Federal antes da publicação, enquanto a autocensura consistia na proibição por parte governo aos veículos de comunicação de noticiar assuntos indicados previamente pela Polícia Federal.

Apesar disso, surgiram diversos jornais da imprensa alternativa, que passaram a empunhar novas bandeiras de luta, incluindo a discussão sobre gênero e sexualidade. Enfim, segundo Smith (2000)

A relação das publicações alternativas no Brasil durante o regime militar, publicada em 1982, contém mais de 800 entradas. Entre as mais conhecidas e bem-sucedidas, destacam-se Pasquim, Opinião, Movimento, Coojornal, Versus, Em Tempo, Crítica, Repórter, EX, Brasil Mulher, Nós Mulheres e Lampião (SMITH, 2000, P. 59)

Desse modo, observamos que *O Lampião da Esquina*, criado no Rio de Janeiro em 1978, surgiu em um contexto político de repressão e censura durante a última fase da ditadura, quando as liberdades individuais, especialmente em relação à sexualidade e à expressão de gênero, eram severamente limitadas. Nesse cenário, o jornal tornou-se um marco na história da imprensa brasileira, oferecendo à comunidade homossexual um espaço de expressão em uma época marcada pela marginalização.

Contudo, o ano de 1978, foi marcado por indícios de liberalização no regime, conforme noticiou o jornal em sua primeira edição:

“Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma "abertura" do discurso brasileiro”. (LAMPIÃO, n° 0, abril, 1978, p. 02).

Assim, sob ventos mais favoráveis, desde suas primeiras edições, o jornal se destacou como um veículo de denúncia e resistência, promovendo a liberdade sexual e

questionando as normas sociais brasileiras. Tinha como objetivo dar visibilidade às questões relacionadas à liberalização social e ao universo homossexual, desafiando o ambiente repressivo da ditadura. Em sua primeira edição número zero, de abril de 1978, o *Lampião da Esquina* apresentou seu Conselho Editorial composto majoritariamente por homens, incluindo figuras como Adão Costa (jornalista e tradutor), Aguinaldo Silva (escritor e colaborador da imprensa alternativa), Antônio Chrysóstomo (crítico musical), Clóvis Marques (tradutor e crítico de cinema), e Darcy Penteado (artista plástico e pioneiro na luta contra a discriminação aos homossexuais). Outros membros do conselho foram Francisco Bittencourt (poeta e crítico de arte), Gasparino Damata (organizador de antologias sobre homossexualidade), Jean-Claude Bernardet (teórico de cinema), João Antônio Mascarenhas (idealizador do projeto), João Silvério Trevisan (escritor e cineasta), e Peter Fry (antropólogo e pesquisador da sexualidade no Brasil).

O grupo estabeleceu uma linha editorial marcada pela diversidade e pelo compromisso com temas pouco explorados pela imprensa tradicional. Como observa Costa (2019), a maioria dos membros era composta por homens brancos de classe média, com exceção de Adão Costa, o único negro no conselho. Esse grupo homogêneo, formado por homens gays de classe média, ajudou a moldar o jornal como um espaço de visibilidade e resistência para as questões que envolviam a comunidade LGBTQ+, além de ser uma plataforma para questionar a discriminação e a repressão social da época.

Com periodicidade mensal, o *Lampião da Esquina* era distribuído nas principais capitais do Brasil e estava disponível por assinatura, alcançando leitores tanto dentro quanto fora do país. Seu objetivo principal era “cavar mais fundo as muralhas do gueto”, dando visibilidade à comunidade homossexual e desafiando os estigmas sociais que a mantinham invisível e marginalizada. Essas pessoas eram frequentemente descritas nas primeiras edições como tendo uma “preferência pela noite”, um estigma que o jornal procurava combater.

Além de amplificar as demandas da comunidade homossexual, o jornal também defendia ativamente seus direitos. Como destaca Kucinsk (2003), em 1979, jornalistas do *Lampião da Esquina* enviaram um manifesto ao Congresso Internacional pela Anistia e Liberdades Democráticas, exigindo direitos fundamentais como acesso ao trabalho e ao prazer, ao mesmo tempo em que denunciavam a discriminação sexual.

Observa-se que o periódico foi um dos veículos que ofereceu uma nova forma de luta política para a comunidade LGBTQ+ contra o regime militar, especialmente através das cartas enviadas aos editores. Levando em conta as considerações de Pinsky (2008)

sobre a crescente importância da imprensa para o estudo da História, podemos afirmar que já existe uma bibliografia significativa sobre o jornal *Lampião da Esquina*. São muitos os livros e artigos que abordam o periódico, contribuindo para o entendimento histórico de estudiosos e estudiosas que se debruçam sobre essa fonte. Segundo Trevisan (2021), o *Lampião da Esquina* foi “um dos representantes do movimento homossexual brasileiro, que se opôs à ausência de democracia no tratamento político-social das minorias no Brasil”. O jornal tornou-se, assim, uma importante fonte histórica, sendo utilizado de diversas formas por historiadores, filósofos, sociólogos, entre outros. Ele abordava uma ampla gama de temas, não apenas relacionados à sexualidade, mas também a questões sociais e políticas mais amplas, geralmente ligadas às minorias.

Sendo assim, este trabalho foca na análise das cartas enviadas pelos leitores e publicadas na seção “Cartas na Mesa” entre abril de 1978 e julho de 1981, buscando entender as formas de expressão política e sexualidade nesses textos. O objetivo é examinar como os leitores, em sua maioria homossexuais ou simpatizantes da causa, interagem com o jornal e como suas subjetividades e identidades sexuais eram expressas, refletindo suas relações com o contexto social.

Bonoto (2021) destaca que “as subjetividades consideradas contra-hegemônicas, como gays, lésbicas, travestis e transexuais, tornam-se cada vez mais visíveis, rompendo as fronteiras e permissividades atribuídas aos gêneros e às sexualidades”. Esse processo, embora tenha dado visibilidade à comunidade LGBT, não impediu a repressão política e social, que contribuiu para a invisibilidade e marginalização desses grupos.

Butler (2019, p. 16), em *Corpos que Importam: Os Limites Discursivos do Sexo*, questiona: “Seriam certas construções do corpo constitutivas no sentido de que não poderíamos agir sem elas, ou que sem elas não haveria nenhum “eu”, nenhum “nós”? Pensar o corpo como construção demanda repensar o significado da construção em si.” A repressão política e social visava impedir a emergência do sujeito LGBT+, visto como uma ameaça aos princípios da heteronormatividade. Nesse contexto, o *Lampião da Esquina* ofereceu um espaço para que as pessoas enfrentassem a repressão e a violência, permitindo a expressão livre de sua sexualidade.

Rodrigues (2010) destaca que o *Lampião da Esquina* representou uma ruptura significativa na forma de representar sujeitos LGBT+: “tratava-se de uma ruptura com uma maneira historicamente comum de representar sujeitos LGBT+, que passam não só a ser falados, mas, sobretudo, falam de si”. Essas cartas e expressões políticas evidenciam

como a imprensa brasileira, com um olhar voltado para a comunidade LGBTQ+, especialmente o *Lampião da Esquina*, abordava questões relacionadas à identidade gay.

O jornal teve um papel fundamental ao oferecer visibilidade a pessoas geralmente ignoradas ou marginalizadas pela mídia convencional. Isso não só ajudou a construir uma identidade coletiva, mas também promoveu uma maior aceitação dentro da própria comunidade. Exemplos disso incluem a cobertura de temas como igualdade de gênero, direitos LGBTQ+ e violência de gênero, que não só moldaram a opinião pública, mas também impulsionaram debates políticos e sociais sobre essas questões. Dessa forma, o veículo de informação desempenhou um papel crucial na representação das questões LGBTQ+. Não se limitaram apenas a informar, mas também ajudaram a moldar como os indivíduos percebiam suas próprias identidades e subjetividades. O *Lampião da Esquina* foi uma plataforma poderosa para a disseminação de discursos e ideias, provocando uma ressignificação da imprensa homossexual no Brasil, como observa Rodrigues (2010).

No entanto, como destaca Péret (2010, p. 03), “a história da imprensa gay não é um caminho reto, linear. Na realidade, é uma história cheia de fracassos, idas e vindas, obstáculos e interrupções.” Ele também enfatiza que, enquanto em alguns períodos a representação e a visibilidade LGBTQ+ na mídia avançaram significativamente, em outros momentos houve retrocessos, reflexo das mudanças políticas, sociais ou culturais. Péret aponta que, no Brasil, “iniciativas incríveis em determinados períodos principalmente na década de 1970 foram seguidas de momentos de publicações mais frágeis, do ponto de vista político ou de luta por direitos. É uma espécie de gangorra”. id. (p. 03).

2- RESISTÊNCIA E EXPRESSÃO LGBTQ DURANTE A DITADURA MILITAR E O PAPEL DO JORNAL *LAMPIÃO DA ESQUINA*.

Nos anos 60 verificamos no mundo ocidental uma intensificação dos movimentos sociais que lutavam contra as condições adversas de certos grupos na sociedade. Como prolongamento desses movimentos sociais emerge o movimento negro, o movimento feminista, o movimento de libertação de gays e lésbicas. Esses movimentos organizaram sua plataforma política tendo como base as “políticas de identidades”. (RIBEIRO, 2011, p. 01)

Com base na citação acima de Ribeiro (2011) podemos perceber que “A partir da década de 1970 se inicia um novo ciclo de lutas sociais e de resistência ao regime militar. Esta se intensifica a partir da segunda metade da década de 1970, buscando brechas para a restauração da democracia”. E esses movimentos são extremamente importantes, Carvalho (2022) diz que: “Os dois ciclos, dos anos de 1970 e início da década 1980, têm

em comum a visão da luta por direitos básicos, focada na questão da igualdade ou recuperação de direitos sequestrados, por meio do fortalecimento da sociedade civil, da construção/reconstrução da cidadania para recuperar a democracia”. Isso mostra as dificuldades e obstáculos enfrentados por esse grupo para buscar aceitação e um lugar no meio social, num contexto em que a questão da homossexualidade era tratada de maneira discriminatória e repressiva. Vieira (2015) diz o seguinte com referência aos pensamentos de alguns grupos revolucionários durante o período da ditadura militar: “o homem gay afeminado não “*combinava*” com a “Revolução”, havia, obviamente, um ideal de corpo revolucionário – este era geralmente viril, forte, másculo, heterossexual, cisgênero, e não um corpo “degenerado”, “perverso”, “doentio” e “afeminado”. Nesse contexto devemos destacar que a “sociedade”, em geral, era bastante conservadora no período e trazia em si uma marginalização muito forte contra as pessoas homossexuais, que eram frequentemente estigmatizadas. Atividades que promoviam a diversidade sexual e os direitos LGBTs eram reprimidas pelo regime militar, que via essas iniciativas como ameaças à ordem estabelecida.

Nesse contexto surgiu o periódico *Lampião da Esquina*, colocando em foco a luta pela diversidade, visibilizando a comunidade LGBT, quebrando as normas do sistema opressor e de uma “sociedade construída em bases machistas” que negava o fato de que os homossexuais “são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização enquanto tal”. (*Lampião da Esquina*, mai/jun, 1978). De acordo com Delgado (2016): "O Estado deve restringir ao máximo o âmbito de sua atuação, pois qualquer centralização de poder compromete a essência da liberdade e pode violar os direitos fundamentais do ser humano”. Esses direitos, que são inerentes à condição humana, devem ser protegidos por uma estrutura normativa que, embora orientada pela ideia de uma sociedade ideal, respeite a autonomia e a dignidade individual.

Avaliando a perseguição contra vários grupos durante o processo de ditadura militar no Brasil entre os anos de 1978 a 1981, foi identificado um não aprofundamento nas causas e lutas LGBTs na época. Dessa forma, surge a necessidade de investigar os fatos, dada a existência de diferentes pensamentos e questionamentos. Isso leva a pesquisa a centrar-se nas seguintes questões: Como se deu o processo de expressão e aceitação dos/das leitores/as com o surgimento do Jornal *Lampião da Esquina*? De que forma esses/as leitores/as conseguiam se expressar nas páginas do jornal? Como a carta ao editor se tornou uma forma de denúncia e expressão pelas diversas falas dissidentes de todos os estados brasileiros?

Segundo Guedes (2023), “a repressão se manifestava de diversas formas. Era comum ver chamadas violentas nos jornais populares contra gays, lésbicas e pessoas trans. E, incentivada pelas autoridades, a população pedia o extermínio desses grupos, que eram tratados como criminosos”. Várias realidades de pessoas LGBTs colidiam-se de frente com as fortes repressões da ditadura militar, com o ódio presente na “sociedade” que queria exterminar esses corpos, e com as famílias que não os aceitavam.

O *Lampião da Esquina* foi um meio no qual as pessoas sentiam-se livres para se expressar politicamente através das cartas ao editor sendo que algumas dessas cartas eram respondidas. Foi observado também que o jornal era um meio de expressão para aqueles que se viam violentados pela “sociedade”. Podemos dizer que o *Lampião da Esquina* se tornou um tipo de refúgio para essas pessoas que expressavam seus sentimentos e indignação através das páginas reservadas para elas no jornal.

2.1 Cartas, identidades e resistências: a luta da comunidade LGBTQ+ no Brasil durante a ditadura militar

Questionava-se, assim, a existência de uma única identidade homossexual confinada nos guetos e estigmatizada pela associação recorrente com o submundo da criminalidade, da corrupção moral e das drogas. Caracterizando os homossexuais como uma “minoridade oprimida” que “precisa de voz”, a proposta do jornal politizava a condição e inovava ao postular: (QUINALHA, 2020, p.4).

Para Quinalha (2020) o jornal defendia uma ideia. Ao dizer que “a proposta do jornal politizava a condição e inovava ao postular”, podemos observar que o jornal não apenas discutia a situação dos homossexuais como uma “minoridade oprimida”, mas também defendia uma nova forma de pensar sobre a identidade homossexual, desafiando os estereótipos e a visão limitada e negativa da comunidade, frequentemente associada a aspectos como o crime, a corrupção moral e as drogas.

Com isso observa-se o quanto a sociedade marginalizou todos aqueles que fugiam dos seus padrões normativos, inferiorizando-os e estigmatizando-os, marcando negativamente e reprovando esses corpos que sofreram durante todo processo de ditadura militar no Brasil. O jornal tinha a intenção de visibilizar e mostrar que os homossexuais não queriam viver marginalizados nos meios nos quais a sociedade os colocava e buscavam quebrar os conceitos desmoralizantes impostos por ela.

Segundo Almeida (2019) “a ideologia cristã e os pensamentos conservadores a respeito das sexualidades e dos sujeitos, fez com que houvesse uma patologia destes

dissidentes, considerados como a desordem social”, transformando-os em menos humanos, caracterizando-os como uma mancha maligna para a sociedade e jogando-os na marginalização social. Zygmunt Bauman, no livro *Modernidade Líquida* traz a seguinte reflexão:

Lembremos, no entanto, que tudo isso seria feito não para acabar de uma vez por todas com os sólidos e construir um admirável mundo novo livre deles para sempre, mas para limpar a área para novos e aperfeiçoados sólidos; para substituir o conjunto herdado de sólidos deficientes e defeituosos por outro conjunto, aperfeiçoado e preferivelmente perfeito, e por isso não mais alterável. (BAUMAN, 2000, p. 8)

A ideologia e os pensamentos firmados naquele momento, através dos cristãos e conservadores, eram apagar da sociedade os homossexuais, como uma forma de substituir ou camuflar o que na visão deles seriam sujeitos “deficientes”, “defeituosos”, delinquentes, pecadores, portadores de doenças, degenerados e incentivadores da homossexualidade. E que segundo (Rodrigues 2010) “[...] A construção dessa imagem associou a comunidade LGBT à ideia de “grupo de risco”, que foi utilizada para infamar figuras públicas LGBT que faleceram em decorrência do vírus (HIV), além de levar a uma série de atos discriminatórios e outras violações de direitos, obrigando-os a se esconderem nos guetos, jogando para debaixo do tapete essa parcela da população”. Bauman (2000) revela que “para poder construir seriamente uma nova ordem (verdadeiramente sólida!) era necessário primeiro livrar-se do entulho com que a velha ordem sobrecarregava os construtores”. Essa era a forma de livrar-se dos desertores e dissidentes com o silenciamento, perseguindo, torturando e marginalizando os gays, lésbicas e travestis no período da ditadura militar.

A sociedade na qual vivemos se baseia principalmente na exploração de uma classe por outra e em uma verdadeira corrente de hierarquias opressoras. Esta estrutura exige, por exemplo, com premente necessidade, que a sexualidade esteja codificada e adaptada em função desta ordem que, nunca é demais dizê-lo, se caracteriza por seus toques de alienação. (*Lampião da esquina*, 1 (8), 1979)

Na citação acima publicada no Jornal *Lampião da Esquina* e escrita por Hector e Ricardo, da Frente de Libertação Argentina no Exílio, podemos observar que o jornal servia como ponte de diálogo e expressão para pessoas de outros países. Havia um sistema opressor em formação, baseado em uma hierarquia que visava promover o ódio contra os homossexuais. Essas manifestações defendiam a moral e os bons costumes da família cristã, afirmando que qualquer pessoa que se desviasse ou “saíssem destes limites, se converte automaticamente numa coisa maldita, suspeita, e ingressa no mundo das anormalidades, degenerescências com o correr do tempo e a desmoralização dos tabus sexuais.” Essa perspectiva é observada no recorte retirado da página 14 da edição experimental, número zero do jornal, de abril de 1978, no qual uma leitora chamada Jenifer faz uma queixa contra os policiais e suas chantagens para não prender as pessoas que estavam em um local intitulado “Buraco da Maísa” no Centro do Rio de Janeiro. E o editor responde o seguinte “Se o sistema não estivesse interessado em manter vielas escuras, simplesmente as iluminaria”. Isso demonstra que não era do interesse do sistema permitir que esses indivíduos se integrassem ao meio social. Na verdade, o que se buscava era mantê-los à margem, ou seja, dentro de um espaço marginal e criminoso, onde os chamados subversivos deveriam permanecer. Eles não podiam fazer parte da sociedade, pois sua presença era vista como um incômodo e uma ameaça aos valores de uma família tradicional, idealizada na época.



E para compor a figura acima, Green no livro *Contra a Moral e os Bons Costumes* diz que “Travestis, prostitutas e homossexuais presentes nos cada vez mais inchados guetos urbanos eram também incômodos para os que cultivavam os valores tradicionais da família brasileira.” (Green, 2022, p. 27). Podemos perceber que a perseguição, a repressão e o incômodo que esse grupo causava na sociedade vai para além da ditadura, pois está ligado a todo um processo histórico, político e social que dissemina o ódio e a tortura contra os grupos LGBTs pelo simples fato de “ostentarem em seus corpos, os sinais de sexualidade ou de identidade de gênero dissidentes”.

Podemos analisar essa perseguição a partir do conceito de heteronormatividade, que descreve em suas normas a imposição cultural e social da heterossexualidade como norma dominante e padrão de comportamento esperado na sociedade. Essa imposição não apenas define a heterossexualidade como o modelo a ser seguido, mas também exclui e marginaliza outras orientações sexuais e identidades de gênero que não se enquadram nesse padrão. Elza Soares na música *Não recomendado*, dá um exemplo de como o homem gay era visto pela sociedade. “Perverso, mal amado, menino malvado, cuidado, má influência, péssima aparência, menino indecente, viado”. Essa era a imagem conforme a qual a família estereotipava seus filhos, sobretudo os dissidentes, juntamente com a “sociedade” e o sistema ditatorial.

Nesse sentido citamos Quinalha (2020), que diz: “em um país que sempre se caracterizou por um elevado grau de violência estrutural contra seguimentos excluídos e marginalizados, como os homossexuais, a intensificação de estrutura de exclusão agravou significativamente a situação desse grupo”. E o processo de perseguição e violência contra os homossexuais sempre ganhava destaque nas páginas do *Lampião da Esquina*, cujas reportagens sempre denunciavam os assassinatos de homossexuais, como nesta que destacamos aqui, intitulada “Recife: mais uma bicha executada”:

A violência no Recife continua a preocupar, especialmente no que diz respeito aos crimes que envolvem pessoas homossexuais. No início do ano, Tony e Bamba foram assassinados, e apesar de rumores e suspeitas, a polícia ainda não conseguiu identificar os responsáveis. Agora, mais um crime de morte ocorre no famoso Edifício Holiday, no bairro de Boa Viagem, trazendo à tona mais questionamentos sobre a segurança na região. No dia 4 de agosto, Marcos José de Moura, conhecido como Marquinhos, um médico ginecologista respeitado de 40 anos, foi brutalmente assassinado. Ele foi atingido por uma pancada na cabeça que causou uma fratura craniana fatal. Seu corpo só foi encontrado na madrugada do dia 7 de agosto, após seu vizinho, um sargento chamado Luiz, perceber um forte cheiro de decomposição. O porteiro do edifício, Ramiro Salviano, foi quem chamou a polícia. Ao chegarem ao local, a porta do apartamento estava trancada com cadeado, e o corpo foi encontrado jogado sobre almofadões na sala. De acordo com alguns moradores do edifício,

dois amigos próximos de Marquinhos, identificados como Cláudio Calabo e Fernando, são apontados como suspeitos. Eles desapareceram logo após o crime e, com eles, sumiu também o fusca do médico. Marquinhos morava no apartamento 415 do Edifício Holiday, que havia alugado há cerca de oito meses para passar os fins de semana. O proprietário do imóvel, senhor Farias, também é funcionário do condomínio, o que levanta mais dúvidas sobre o ocorrido. (LAMPPIÃO, ed. 28, setembro, 1980, p. 02).

A falta de respostas claras sobre o paradeiro deles e a não identificação imediata dos responsáveis pela morte contribuem para a sensação de impunidade e ineficácia das autoridades da época. Além disso, o caso coloca em pauta a não importância das autoridades em tratar questões de violência contra a comunidade LGBT com mais seriedade e atenção, tanto na esfera policial quanto na cobertura da mídia.

Vale notar, que o jornal ainda chamava a atenção para o fato de a vítima ser normalmente responsabilizada pelo seu destino, à medida que segundo o discurso oficial era sempre culpada ou envolvida com algo ilícito, ou com alguma organização criminosa “(naturalmente: há crime em tudo e há homossexual em todo crime)”. Assim, o jornal em questão denunciava nas seguintes palavras a violência criminosa e heteronormativa, provocando com as seguintes indagações: “Será que, mais uma vez, um assassinato de um homossexual vai ser “esquecido”? Afinal, não dizem tantos cavalheiros que bichas têm mais é que morrer?” Esses questionamentos deixavam à tona uma reflexão sobre como a “mídia” e as autoridades tratavam crimes relacionados à comunidade LGBT, frequentemente ignorados ou minimizados.

Um leitor identificado como Infante de Recife-Pernambuco escreve uma carta para o editor do jornal, que é mais uma forma de desabafo e ele diz o seguinte.

Há dias em que tenho vontade de me matar. Meus irmãos deboçam de mim, meu pai me detesta, minha mãe vive chorando pelos cantos, lamentando a minha “doença”. No colégio todos caçoam de mim, na rua assobiam quando eu passo. Estou ficando cada vez mais conhecido na minha cidade. Tenho vontade de fugir, mas não tenho meios. Além disso sou menor, tenho 17 anos. Sinto-me a última das pessoas. Peguei um panfleto anunciando o jornal de vocês numa livraria daqui, decorei o endereço e joguei o panfleto no lixo, para que ninguém o descobrisse comigo. Agora, estou escrevendo, mas nem sei para que. Será que vocês podem me ajudar? (*Lampião da Esquina*, 0 (14), 1979)

Podemos observar através desta carta que o rapaz sofria com o antigo conservadorismo da sociedade que trata a homossexualidade como uma doença. Michel Foucault, no livro *Os anormais*, diz o seguinte “[...] A partir do problema localizado, jurídico-médico do monstro, uma espécie de explosão se dá em torno, a partir da noção de instinto e, mais tarde, por volta dos anos 1845-1850, abre-se a psiquiatria esse domínio

de controle, análise, intervenção que podemos chamar de o anormal.” (2002, p.210-212) Podemos observar que a psiquiatria, e o que Foucault chama de “jurídico-médico” tinha uma súbita ligação em tratar a sexualidade como uma anormalidade e via os corpos dissidentes como anomalias, alienados mentais, inclusive a homossexualidade era tratada como crime no século XIX e parte do século XX. “De um lado, porque esse campo geral da anomalia vai ser codificado, policiado, vão lhe aplicar logo, como gabarito geral de análise, o problema ou, em todo caso, a identificação dos fenômenos da herança e da degeneração”. (FOUCAULT, 2002, p.211). Portanto, percebe-se que a Psiquiatria e a Medicina no final do século XIX e início do século XX, surgiram com teorias que classificavam a homossexualidade como uma doença mental, o que foi ganhando popularidade após ser incluído na psiquiatria, levando a sociedade a acreditar e considerar a homossexualidade como uma condição médica ou psicológica que necessitava de tratamento ou correção, fazendo com que aumentasse a criminalização e a perseguição dentro do âmbito familiar e na sociedade. A homossexualidade passa a ser tratada como um comportamento ilegal e moralmente condenável, resultando assim em perseguições, encarceramentos e marginalização de pessoas LGBTQ+.

Segundo Darcy Penteado no Jornal *Lampião da Esquina* (jun/jul, 1978, p. 2), essa sociedade considerava esses grupos anormais porque as normas da mesma são ditadas por uma ideologia conservadora e tradicionalista onde a masculinidade era associada a força, autoridade e liderança. E existia um perfil de família que era a nuclear, composta por pai, mãe e filhos, considerada a base da sociedade e qualquer desvio desse modelo de família, era fortemente reprimido. O que impulsionou toda essa ideologia nesse período foi a propaganda do governo e a mídia da época que promoviam a imagem da família tradicional e os papéis de gênero conservadores. Filmes, programas de televisão e outras formas de mídia frequentemente reforçavam esses estereótipos de gênero. Nesse sentido podemos observar que a ditadura militar brasileira era caracterizada por um forte conservadorismo e uma rígida divisão de papéis de gênero, com uma ênfase na manutenção das estruturas familiares tradicionais e na repressão de qualquer forma de desvio dessas normas. E a homossexualidade não estava pautada nesse ideal social e sua existência era mistificada, invisibilizada e censurada, fazendo com que eles fossem punidos, torturados, jogados nos guetos, “passavam por todos os tipos de vexames sob ameaça de uma acusação qualquer”.

Darcy Penteado traz a seguinte matéria no jornal *Lampião da Esquina* ano 1 n°2 “Homossexualismo: que coisa é essa? Uma doença? Até alguns anos a medicina diria sim

a esta pergunta prescrevendo como tratamento, por exemplo, aplicações dos “hormônios de que o paciente tivesse deficiência”. [...] havia também o tratamento psiquiátrico da repulsão, pelo uso do eletrochoque no órgão genital do paciente. Podemos observar que a medicina da época também foi um meio de disseminação da homossexualidade como uma doença e até mesmo atribuir o gay como um disseminador de patologias”. Rodrigues (2010) afirma que: “quando os primeiros casos de Aids foram identificados no Brasil, no início da década de 1980, a mídia logo se interessou pela misteriosa síndrome que alarmava a população e desafiava pesquisadores. O pouco ou quase nenhum conhecimento sobre a doença gerava especulações e estigmas que associavam a infecção a determinados grupos ou comportamentos de risco”. A partir dessa citação podemos considerar que a mídia desempenhou um papel crucial na disseminação de informações sobre a AIDS, mas também contribuiu para a propagação de equívocos e medos infundados. Muitas vezes, os relatos eram sensacionalistas e alarmistas, aumentando o pânico e a discriminação. Essa associação gerou um estigma significativo contra esses grupos, o que foi exacerbado pela falta de informações precisas sobre a transmissão e a natureza da doença.

Cabe aqui, também, analisar a resposta que o editor do jornal deu para o já mencionado Infante de Recife:

Meu caro Infante, se recuse a servir de muro de lamentações. Tudo o que você tem que fazer é se livrar de toda essa auto piedade, dessa autoflagelação. Ninguém pode ser tão execrado quanto você pensa que é. Em nenhum momento de sua carta você diz o que realmente é, ou seja, que é homossexual. A nosso ver, o problema está em você mesmo, que não se aceita. De qualquer modo, você frequenta livrarias, pelo menos isso. Pois leia, que isso em muito o ajudará. Se quiser, nós lhe mandamos uma lista de livros através dos quais você poderá descobrir o que realmente está acontecendo em torno de você. Deboche? Ódio? E por que não fascínio? Informe-se, ache uma maneira de atuar no mundo em que vive, e deixe de ter pena de si mesmo. Há tanta coisa para ser feita no mundo, e você fica nessas de "ah, como eu sou infeliz?". No, não, não. (*Lampião da Esquina*, 0 (14), 1979)

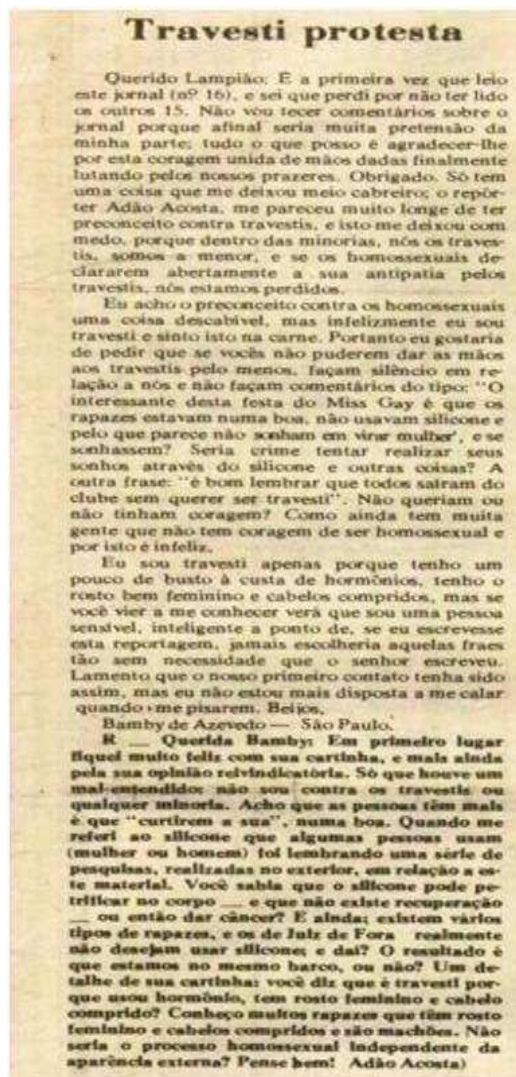
Entende-se que o editor foi um pouco rude ao responder a carta, pois julgar o sentimento e a posição do outro em um momento de desespero, sem considerar a idade e o contexto do leitor é perigoso. O não dizer o que realmente é naquela idade, em algumas cidades do interior e no período da ditadura é compreensível, mas o editor acaba por exigir do leitor um autoconhecimento de si e da questão que poderia estar distante da sua maturidade, condição e acesso. Ademais, sugerir ao leitor “Achar uma maneira de atuar no mundo em que você vive”, talvez revele o discurso de um homossexual maduro,

esclarecido e urbano, que poderia destoar da realidade e do entorno social vivenciados pelo leitor.

Contudo, a resposta do editor ao Infante de Recife parece se adequar numa estratégia, conforme observamos através das palavras de Maior Júnior (2021): “os textos do jornal incentivavam uma confissão das homossexualidades e estavam recorrentemente sugerindo a importância pessoal e política dessa atitude”. [...] O assumir-se se converte em dispositivo a gerir a vida daqueles que se relacionam sexualmente com pessoas do mesmo sexo”. Nesse sentido em um contexto mais amplo isso implicava uma responsabilidade e uma visibilidade acrescidas para aqueles que optaram por ser abertos sobre sua sexualidade. Essa visibilidade pôde, por sua vez, influenciar positivamente outras pessoas LGBTQ+ ao fornecer um modelo a seguir e encorajar um maior entendimento e aceitação da diversidade sexual na sociedade. Esse assumir-se defendido por Maior Junior discute questões relacionadas a identidade e a sexualidade e a frase sugere que o ato de “assumir-se” como gay, lésbica, bissexual ou qualquer outra identidade LGBTQ+ pode transformar essa pessoa em um símbolo ou uma referência para outras pessoas que estão navegando pelo mesmo caminho ou que buscam orientação. O jornal, portanto, estimulava o autorreconhecimento e o ato de assumir-se como pressuposto para a liberdade.

O ato de poder “assumir-se ser quem é” parece implicar na conquista de satisfação e felicidade conforme observamos na carta do leitor destacada abaixo. Assim, observamos que o jornal se torna um meio de refúgio e valorização para aqueles que se vêem excluídos de uma sociedade “arcaica e medieval”, que, segundo o leitor com suas ideias consegue os atrofiar. O leitor também expressa no jornal a dificuldade de fazer-se notar como gay para chamar a atenção de outros gays. Expressa o medo da reação das outras pessoas saberem da sua opção sexual, pois nesse momento a “sociedade” estava voltada para a ideia da moral e bons costumes, visto que o regime autoritário já havia implantado nessa sociedade um regime no qual os direitos civis foram revogados e restringiram o direito de liberdade pública. E que segundo Green (2022), “Houve uma consequência real na vida do “homossexual” comum [...] quando o novo regime acabou com as liberdades democráticas impondo uma moral baseada em valores conservadores”.

2.2 Travestis e homossexuais na ditadura: violência, repressão, resistência e as lutas por direitos sociais



A carta destacada acima é de Bamby de Azevedo publicada no *Lampião da Esquina*, na página 09, da edição de novembro de 1979, e através dela observamos uma discussão sobre sexualidade e identidade ainda mais ampla, que parece contrapor o grupo de jornalistas do *Lampião* notadamente homossexuais cisgêneros a uma variedade de identidades de gênero e opções sexuais dissidentes do padrão heteronormativo.

Na carta, a travesti rebate reportagem de Adão Acosta que lhe pareceu discriminar os travestis e ressalta a luta deste grupo dizendo que “dentro das minorias, nós os travestis somos a menor, e se os homossexuais declararem abertamente a sua antipatia pelos travestis nós estamos perdidos”. E a mesma continua “Eu acho o preconceito contra os homossexuais uma coisa descabível, mas infelizmente eu sou travesti e sinto isto na carne”. E faz uma crítica ao *Jornal Lampião da Esquina* que a seu ver coloca os travestis como “sonhadores em virar mulher” e ela prossegue, “Portanto, eu gostaria de pedir que se vocês não puderem dar as mãos aos travestis pelo menos façam silêncio em relação a

nós”. Assim, a travesti parece criticar uma certa cisnormatividade². Colocada pelo jornal, o que, contudo, foi refutado na resposta do jornalista Adão Acosta

Simões (2021) no seu texto “Bonecas faxina depois do desfile” diz o seguinte: “Assumidas como inimigos da sociedade, as travestis foram muitas vezes presas sob alegação de práticas de trottoir³ embora na maioria delas elas só estivessem transitando pela rua ou apresentando vestuário não condizente com as normas de gênero impostas pela cisheteronormatividade.”

De certa forma, podemos destacar através da citação acima como travestis enfrentavam e até os dias de hoje enfrentam desafios diários, assim como um pistoleiro que enfrenta adversários constantemente. São corpos imbuídos de coragem e de determinação necessárias para lidar com as adversidades e os preconceitos presentes na sociedade. Não é de agora que os corpos dissidentes são perseguidos, durante décadas na história do mundo, existem marcas e feridas que não cicatrizam sobre esses corpos, os travestis por exemplo, segundo o Jornal *Lampião da Esquina*, “são seres totalmente marginalizados”, e “rejeitados”. Por uma “sociedade em que predominam os valores machistas, o travesti representa a negação absoluta desses valores. O espelho onde uma sociedade castradora se reflete”. A sensação de não pertencimento a uma “sociedade” machista, homofóbica que está enraizada em uma ideia arcaica sobre esses “corpos dissidentes” aparece em outra carta, que destacamos a seguir:

É por ter essa concepção que ele tem levado tanta paulada. Exemplo: logo que se formou em Artes Plásticas, foi lecionar numa cidadezinha do interior do Rio Grande, São Lourenço do Sul. Os alunos o "adoravam", mas os pais, logo que descobriram que o professor era, além de negro, bicha, começaram a atacá-lo de todas as maneiras, Djalma, como é de seu feitio, resistiu por quase dois anos, fechado no hotel, só saindo para a escola. No final, foram tantos os "castigos" que teve de desistir do magistério. Ele foi até apedrejado em São Lourenço. De acordo com o mesmo código mulçumano que ainda vige, hoje, em países como a Arábia Saudita, que prevê o apedrejamento das adúlteras. (Esse código, aliás, é copiado das leis judaico-cristãs. Na Bíblia, as prostitutas são apedrejadas). Mas a doce vingança de Djalma foi que transou com praticamente metade da população masculina da hipócrita cidade. (*Lampião da esquina*, 1 (10), 1979)

Quando avaliamos esse texto sobre Djalma no jornal *Lampião da Esquina* podemos observar que os corpos dissidentes passaram por tantas agressões, castigos, apedrejamentos, e essas atrocidades aumentam ainda mais quando essas pessoas são

² Butler (2019, p. 63) “A cisnormatividade opera ao insistir que o corpo biológico de alguém deve alinhar-se com as expectativas de gênero, pressupondo que as identidades de gênero sejam determinadas por uma anatomia que, por si só, não é passível de transformação”.

³ Bortolanza (2012, p. 16) “Trottoir - Palavra francesa que quer dizer “calçada”. Lugar por onde as pessoas passeiam e aproveitam para se conhecerem. É o caminhar que as prostitutas fazem quando ficam à espera de seus clientes”.

travestis e negras. Segundo Kimberlé Crenshaw, que, na década de 1980 introduziu o conceito de Interseccionalidade, existem diferentes formas de discriminação e opressão que se interseccionam e sobrepõem, criando uma experiência única e complexa de marginalização para indivíduos ou grupos. A interseccionalidade considera múltiplas identidades sociais, como raça, gênero, classe, orientação sexual, deficiência, entre outras, e como essas identidades interagem para moldar as experiências de injustiça e desigualdade. Nesse sentido a interseccionalidade é importante porque destaca a necessidade de políticas e práticas que reconheçam e abordem essas complexas interações de opressão, em vez de tratar cada forma de discriminação de forma isolada.

No recorte da entrevista intitulada “Dois travestis, uma advogada: três depoimentos vivos sobre o sufoco”, No Jornal *Lampião da Esquina*, tem o seguinte depoimento da travesti Flavia.

Eu vim pra São Paulo, do interior, em 1973. Minha família não me aceitava mais em casa. Estava uma bichinha assim, meio-carnaval, entende? Daí, minha mãe não podia mais comigo e me levou pra Itatiba, um internato: me deixou num hospital psiquiátrico, de recuperação, pra ver se eu tirava isto da minha cabeça, se eu virava, homem. Eles me davam drogas, choque, medicação, e aí eu fiquei pirada. (*Lampião da esquina*, 2 (19), 1979)

Um pouco da realidade de muitos travestis e homossexuais que sofreram para além das violências policiais no período da ditadura militar, que enfrentaram o perigo no próprio âmbito familiar, foram levadas para clínicas psiquiátricas, passaram por diversos tipos de violências físicas e aqueles que resistiram tiveram que enfrentar uma “sociedade” extremamente violenta. A travesti Flávia ficou internada no hospital Américo Barreio e na entrevista diz que ficou pior depois que entrou lá. “Eu tomava impregnação, era uma injeção para me castigar, sei lá cada vez que eu tomava queria morrer. Ficava num estado assim, meio sonolento. E o eletrochoque era para eu perder a vontade de ser travesti. Só que com aquilo eu ficava ainda mais amedrontada, quer dizer, mais mulher”. São fortes os depoimentos, mas o que chama atenção está na ideia de que a violência era a única forma pela qual o aparelho repressivo do Estado e do corpo social podiam lidar com esses indivíduos.

A violência era o único meio utilizado pela força policial para castigar os homossexuais e travestis em várias cidades do Brasil durante o período da ditadura militar. Além disso, a religião era outro instrumento de opressão aos corpos dissidentes, conforme observamos na seguinte citação do jornal:

Lembro-me de quantas vezes, em nossa história o "sentimento cristão" foi manipulado para justificar o genocídio dos índios, a escravidão, a tortura e a matança dos negros. O próprio d. Eugênio reconheceu, há alguns meses, que a

Igreja tinha uma dívida para com os negros brasileiros (e na medida em que eles finalmente se organizam, é preciso saldar urgentemente essa dívida: não é à toa que a Igreja está tentando se aproximar do movimento negro); quantos homossexuais ainda terão que ser pisoteados, presos, humilhados, internados em clínicas psiquiátricas e até linchados, antes que a Igreja mude sua posição quanto ao assunto, reconhecendo que eles não merecem esse "tratamento especial"? (*Lampião da esquina*, 2 (20), 1980)

Na citação acima o jornalista Agnaldo Silva intitula a manchete no *Jornal Lampião da Esquina* com o seguinte nome: “um esquadrão Mata-bicha”, na qual ele fala de todo o processo de perseguição e linchamentos por parte dos policiais e pessoas que disseminavam o ódio ateando fogo, dando pauladas em qualquer um na rua da cidade do Rio de Janeiro que fossem flagrados conversando ou que tivessem trejeitos afeminados. A nosso ver, o mais impactante nessa manchete é o pronunciamento de D. Eugênio Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro, sobre sua posição em relação aos homossexuais, classificados como “Deformados morais”. O arcebispo lamentava que muitos na “sociedade” ainda permaneciam “na própria inércia, em vez de partir para uma reação corajosa e legítima”, contra os corpos dissidentes, o que na concepção de Agnaldo Silva se traduzia na prática de que os homossexuais deveriam “ser pisoteados, presos, humilhados, internados em clínicas psiquiátricas e até linchados” com o aval de autoridades da Igreja Católica.

Jairo Teixeira Fagundes, 20 anos, ex-soldado. Foi ele quem matou, na noite de 28 de abril, com requintes de perversidade o homossexual Luiz Luzardo Corrêa, a "Luiza Felpuda", e seu irmão, Luidoro Luzardo Corrêa, doente mental, na casa em que os dois moravam, em Porto Alegre. Na ocasião o fato de Luiza ser homossexual e de ceder sua casa para encontros, foi utilizado de tal forma pelo advogado de Jairo e pela imprensa, que a Justiça, considerando quase um herói pelo duplo homicídio, decidiu que ele não era um homem perigoso e por isso não decretou sua prisão preventiva. (*Lampião da esquina*, 3 (30), 1980)

A perseguição policial, violência e assassinato contra travestis e homossexuais no período da ditadura militar geralmente não eram condenados pela justiça, que responsabilizava a vítima pelo seu próprio assassinato. Isso era comum com mulheres também, a exemplo do caso Ângela Diniz, quando seu assassino foi inocentado devido ao machismo que aceitou a tese apresentada pela defesa do réu de que este agira em legítima defesa da honra.

Seguindo nessa linha de raciocínio sobre a violência policial sobre os corpos travestidos e os homossexuais o jornal traz uma reportagem que tem como título “São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti” que diz o seguinte:

“De noite, eu rondo a cidade a te procurar, sem encontrar...” (Paulo Vanzolini)
 Inicialmente havia apenas reclamações isoladas de anônimos travestis e prostitutas vitimadas pela violência policial que, desde o fim de maio, tomou conta de São Paulo, sob pretexto de limpar a cidade de vagabundos, anormais (também conhecidos por homossexuais), decaídas ou mundanas, marginais e desocupados em geral. Como é que se limpa uma cidade de 10 milhões de habitantes, refúgio dos miseráveis de todo o Brasil, com taxa de desemprego atingindo 8% da população ativa? Fácil: dando serviço para a polícia que, nestes tempos de semi-anistia, é menos solicitada, mas precisa mostrar serviço. E dá-lhe, desvairada Paulicéia! (*lâmpião da esquina*, ed. 26, julho 1980)

A matéria descreve uma campanha de repressão contra travestis e homossexuais iniciada por um jornal conservador em abril e traz o caso de um antiquário supostamente assassinado por um travesti, o que teria levado a polícia a intensificar suas ações, com planos para remover travestis de bairros residenciais e destinar um prédio desativado para abrigar homossexuais. Em maio, o delegado José Wilson Richetti é transferido para a Terceira Seccional e implementa operações como “Limpeza” e “Rondão”, focadas em áreas da cidade frequentadas por travestis, prostitutas e homossexuais. Richetti se comporta como um herói, documentando suas ações com apoio de seus superiores, incluindo o secretário de segurança e o chefe da polícia da Grande São Paulo. O jornal também coloca que nas primeiras semanas, a polícia realizou operações intensas em várias regiões do centro da cidade, em horários variados, incluindo à tarde e de madrugada, até mesmo forçando pessoas a saírem de suas casas. Depois, a operação “Limpeza” perdeu intensidade, tornando-se mais rotineira. Veículos policiais começaram a patrulhar o centro ou estacionar em pontos estratégicos, como o Largo do Arouche, para prender pessoas sem carteira de trabalho assinada. O delegado Richetti, irritado com a presença de casais homossexuais em público, justificava as ações da polícia dizendo que era necessário remover “pederastas, maconheiros e prostitutas” das ruas, acusando-os de desprezar sua esposa.

Saindo dos noticiários de violência policial contra os travestis na época é válido destacar uma carta muito interessante, que traz um protesto contra o preconceito dirigido a homossexuais mais velhos, publicada pelo jornal na edição número 26 de julho de 1980: Observamos que a carta apresenta um desabafo de alguém identificado pelo pseudônimo Cláudio, que se descreve como um homem gay de 49 anos e meio, lidando com a discriminação por idade dentro da própria comunidade LGBTQ+. Ele compartilha a sensação de que existe uma barreira dentro dessa comunidade em relação aos mais velhos,

a quem ele se refere como “coroas”, e se propõe a investigar se essa discriminação é real através de um levantamento.

Coroas podem?

Sou bicha entendida, assumida, mas extremamente reprimida, tenho sobre minha cabeça duas poderosíssimas instituições que são visceralmente anti-gays, e tenho ao meu redor milhares de olhos vigilantes e fofoqueiros prontos para punir-me. Por isso, peço que não publiquem nada que leve meu nome verdadeiro; se quiserem, podem usar o pseudônimo Cláudio, do qual gosto muito. Leio assiduamente o “Lampião”, a “Rose”, a “Sosexy”, a “Ponte de Encontro”, o “Jornal Gay Internacional” (ele é do grupo “Libertos”?) Eu pretendo fazer um levantamento dos anúncios de gueis aí publicados, para sondar se é verídica a sensação que eu tenho, de que entre os homossexuais vigora uma discriminação: a discriminação de idade. Serão os coroas discriminados entre discriminados? Pretendo fazer um levantamento estatístico para responder a essa pergunta.

Além da amostragem colhida nas publicações, pretendo referir-me a contos, cartas, charges, etc. Eu sou coroa, 49 anos e meio. Se minha impressão se confirmar, vou botar a boca no trombone (já que não me deixam botá-lo noutra lugar...) e mandar um artigo para quem quiser publicar. Os gueis coroas também amam demais; precisam de amor guei; gostariam de participar da luta; muitos (como eu) só com certa idade tentam se assumir publicamente e não podem fazê-lo para não ver arruinar-se tudo que construíram com lágrimas, renúncias, carências profundas e aflitivas, amando e transando forçados a se esconder (portanto, só com meio prazer), obrigados a abafar seus sentimentos e seus desejos tão veementes...

No entanto, justamente isso os torna muito mais compreensivos e — porque há muito estão amando e transando — mais experientes, por paradoxal que isso possa parecer. — Bem, chega! Já enchi o saco de vocês! Desculpem-me. Insisto mais uma vez: se quiserem publicar ou referir-se ao que eu disse podem fazê-lo, contanto que não ponham meu endereço, e que usem o pseudônimo Cláudio. Para vocês, meus abraços e meus beijos.

Cláudio — Campos, RJ.

R. — O pessoal aqui da casa não curte muito essa de pseudônimo, Cláudio. Mas como a sua carta toca num problema muito sério, a gente resolveu publicá-la. Aqui no Brasil, qualquer pessoa de mais de 35 anos é considerada “coroa”, passada, “fané”. Não apenas os homossexuais — entre os hetero, a coisa é ainda pior; as mulheres hetero, então, coitadas, entram por um cano monumental, por causa do preconceito contra as pessoas de mais de 35 anos. No nosso meio, onde a tendência é reproduzir os preconceitos do sistema, acontece a mesma coisa; as bichinhas mais novas acreditam piamente nos anúncios do cigarro Hollywood e da Coca-Cola — segundo os quais só se é feliz quando se é jovem —, e olham para os mais velhos com desdém. O que se há de fazer? Pra mudar isso vai ser preciso mudar muito mais, não é?

Cláudio fala com emoção sobre as dificuldades de se assumir publicamente, mencionando as renúncias e os sofrimentos que viveu ao longo da vida. É visível que Cláudio revela uma questão complexa e pouco discutida dentro da comunidade LGBT que era a da discriminação por idade, que, apesar de ser comum em várias sociedades, parece também ser internalizada entre os próprios gays. Isso toca em um aspecto de exclusão que muitas vezes não recebe a atenção merecida. Notando-se a grande dificuldade que o assinante do jornal tem de assumir sua identidade, Cláudio expõe um paradoxo doloroso: enquanto a sociedade impõe um padrão de beleza e juventude, o processo de aceitação dentro da comunidade gay também segue esse padrão, marginalizando aqueles que envelhecem.

Os editores respondem a carta do Claudio dizendo o seguinte:

Que no Brasil, qualquer pessoa com mais de 35 anos enfrenta o estigma de ser vista como “coroa”, “passada” ou “fanée”⁴ pela sociedade, mostrando que havia um preconceito que afeta tanto heterossexuais quanto homossexuais, mas que é ainda mais severo para as mulheres. Essas pressões são intensificadas pela cultura de valorização da juventude, que é vendida em anúncios como os de Hollywood e Coca-Cola, que associam felicidade à juventude. Dentro da própria comunidade LGBT, os mais jovens acabam reproduzindo esses preconceitos, tratando os mais velhos com desdém. O que se questiona aqui é: como mudar essa mentalidade? A mudança não pode ser superficial; ela exige uma transformação mais profunda na sociedade, que valorize a experiência e a diversidade em vez de glorificar apenas a juventude e a aparência.

CONCLUSÃO

Portanto, considerando os pontos abordados ao longo do texto podemos concluir que este estudo revela a importância histórica do *Lampião da Esquina* como um veículo de resistência e visibilidade para a comunidade LGBT+ durante a ditadura militar, um período caracterizado pela repressão e censura. O jornal não apenas desafiou as normas sociais e políticas da época, mas também proporcionou um espaço para que leitores homossexuais e simpatizantes da causa se expressassem livremente, especialmente por meio das cartas publicadas na seção “Cartas na Mesa”. Essas cartas representaram uma forma de resistência política, permitindo que as subjetividades e identidades sexuais dos

⁴ Segundo o dicionário de língua francesa Le Petit Robert a definição do termo “fanée” está relacionado a algo murchado ou que perdeu sua vitalidade.

leitores fossem expressas e debatidas, mesmo sob um regime autoritário. *Lampião da Esquina* foi um marco na luta pelos direitos LGBTQ+, ajudando a construir uma identidade coletiva para a comunidade e promovendo a aceitação da diversidade sexual. Ao proporcionar uma plataforma de debate, o jornal contribuiu para visibilizar temas como a igualdade de gênero, a violência de gênero e os direitos LGBTQ+, refletindo a crescente mobilização social no contexto da abertura política no final da década de 1970. Contudo, como destaca Péret, a história da imprensa gay não foi linear, alternando entre momentos de avanços significativos e retrocessos. Ainda assim, a trajetória do *Lampião da Esquina* representa uma das maiores expressões de resistência e luta pela liberdade sexual e de gênero no Brasil, tornando-se uma referência essencial para o estudo das práticas políticas e sociais da comunidade LGBTQ+ durante a ditadura militar.

Ao analisar as vivências de travestis e homossexuais durante o período da ditadura militar, fica claro que essas minorias enfrentaram uma opressão brutal, marcada por violência policial, discriminação social e o silenciamento de suas identidades. A repressão, tanto por parte do Estado quanto da sociedade, não se limitava às agressões físicas, mas também se refletia em práticas de marginalização cultural e psicológica. A crítica às normas cisnormativas e heteronormativas, tanto no âmbito das instituições quanto na própria comunidade LGBTQ+, evidencia a complexidade das opressões interseccionais vividas por esses corpos dissidentes. Apesar de toda a violência, travestis e homossexuais demonstraram uma resistência inquebrantável, levantando suas vozes em busca de visibilidade, aceitação e respeito através das cartas ao editor no jornal *Lampião da Esquina*. E esses enfrentamentos contra as normas sociais e culturais impostas refletem não apenas uma luta por identidade, mas também uma luta por sobrevivência. Esse legado de resistência continua a ser um marco nas conquistas sociais, evidenciando que a luta por igualdade, dignidade e direitos ainda persiste nos dias atuais, exigindo reflexão e ação contra todas as formas de discriminação e opressão.

REFERÊNCIA

- ALMEIDA, Eduardo Alberto de. Os gueis na Ditadura Civil-Militar brasileira: resistências. *Aedos: Revista do Corpo discente do PPG- História da UFRGS, Porto Alegre*, v. 11, n. 24, p. 2-18, 0 ago. 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BONOTO, Carolina. “AQUI TEM GENTE COMO EU”: subjetividade lgbt em trajetórias midiáticas. *Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura, Rio Grande do Sul*, v. 10, n. 1, p. 1-24, jul. 2021.
- Bortolanza, Elaine. *Zonas de promiscuidade: trottoir do desejo sexual*. 2012. 142 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. 1. ed. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2019.
- CALVEIRO, Pilar. **Poder e Desaparecimento: os campos de concentração na argentina**. São Paulo: Boitempo, 2013. 151 p.
- CARVALHO, Roger Ricardo Braga de. *Movimentos sociais no brasil: da década de 1970 aos dias atuais .: a influência dos movimentos sociais e sua relação com a democracia e as organizações partidárias nos últimos cinquenta anos*. **Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança**. Curitiba, v. 5, n. 1, p. 1-14, jan. 2022.
- CODATO, Adriano Nervo. *Uma História Política da Transição Brasileira: da ditadura militar à democracia*. **Sociol. Política**. Curitiba, p. 1-24, out. 2005.
- COSTA, Geovane Batista da. *Lampião da esquina um jornal alternativo do Brasil: dos iluminando identidades e representações homossexuais de 1979-1981*, Juiz de Fora, p. 48, 28 ago. 2019.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Cidadania, democracia e direitos sociais: impasses e desafios em um século de história no brasil*. **Rdrst**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 46, jul. 2016.
- DUARTE, Celina Rabello. **"Imprensa e Redemocratização no Brasil"**. *Dados*, vol. 26, n. 2. 1983.
- FERNANDES, Yuri Alves. *LGBT+60 corpos que resistem*. Disponível em: <https://projeto colabora.com.br/especial/lgbt60-corpos-que-resistem/> Acesso em: 25 de jan. de 2024.
- FOUCAULT, M. (2002). *Os anormais*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

FREGONEZI, Rute Maria Cham. A ditadura militar no Brasil: golpe, repressão e tortura. **VIII Congresso Internacional de História**, p. 1-8, out. 2017.

GREEN, James N. *et al.* **Ditadura e Homossexualidade**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2022. p.19,27.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 73-74.

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro, 1978 – 1981. Diversas edições, Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/> Acesso em: 29 de jan. de 2024.

Le Petit Robert. (2019). *Le Petit Robert de la langue française*. Paris: Dictionnaires Le Robert.

PÉRET, Flavia. Imprensa Gay no Brasil: **Entre a Militância e o Consumo**. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2012/03/lancamento-imprensa-gay-no-brasil-em-sp.html> Acesso em: 09 de nov. de 2024

QUINALHA, Renan. Contra a moral e os bons costumes: **a dita e a repressão a comunidade LGBT**. 1ª edição, São Paulo, Companhia das letras, 2021.

QUINALHA, Renan. **Lampião da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964**. Cadernos Pagu, n. 61, p. 3-15, 16 jun. 2020. FapUNIFESP (SciELO).

RIBEIRO, Hugues Costa de França. SEXUALIDADE, GÊNERO E TEORIA QUEER: sexualidade, gênero e teoria queer. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 1-20, 1 dez. 2011. Revista Brasileira de Sexualidade Humana. <http://dx.doi.org/10.35919/rbsh.v22i2.228>.

RODRIGUES, Jorge Caê. **Impressões de identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil**. Niterói, Ed. Da UFF, 2010. P.08.

ROSITO, João Baptista Alvares; DAMO, Arlei Sander. A reparação por perseguição política e os relatos de violência nas caravanas da anistia. **Horizontes Antropológicos**, [S.L.], v. 20, n. 42, p. 181-212, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832014000200008>.

SCHMIDT, Benito; BASTOS, Mariana; MEDEIROS, Tiago. Páginas de transgressão, de dor e de luta: **a imprensa periódica como fonte para uma história social e cultural das homossexualidades masculinas no Brasil**. Disponível em: http://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2010/05/uoo210510_flaviaperet.pdf. Visualizado em: 28/06/2024

SERRANO, Tomaz Felipe. Exílio LGBTI+: o que restou da opressão? **Revista de Estudos Interdisciplinares em Gêneros e Sexualidades**, Salvador, v. 1, n. 12, p. 2-17, abr. 2020.

SIMÕES, Kleber José Fonseca. Bonecas: faxina depois do desfile. São Paulo, p. 131-146, jun. 2021.

SMITH, Anne- Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa a censura no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2000, 1ª edição, p. 264.

SOARES, Elza. Não recomendado. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f5RC1szBEJQ>. Acesso em: 03 set. 2024.

SOBRAL, Thasio Fernandes. Movimentos homossexuais no Jornal Lampião da Esquina (1978-1981), Salvador, 2019

SOTANA, E. C. & MAGALHÃES, M. O. Ativismo político em traços de humor: **as charges veiculadas no jornal O Lampião da Esquina (1978-1981)**. Albuquerque – revista de história. vol. 7, n. 13. jan.-jun./2015, p. 6-23.

TREVISAN, Fabricio. “Contra a moral e os bons costumes”: o jornal lampião da esquina, os homossexuais e a direita política. In: Páginas de transgressão: a imprensa gay no Brasil / organização: Paulo Souto Maior, Fábio Ronaldo da Silva. – 1 ed. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021.

VIEIRA, Fernanda Dantas. A caça aos homossexuais e travestis na ditadura militar. **Pragmatismo Político**, 2015. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/a-caca-aos-homossexuais-e-travestis-na-ditadura-militar.html/amp> Acesso em: 30 de jan. de 2024